



VI Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

Uma Análise do Conteúdo Político Produzido e Veiculado na Televisão Educativa Piauiense na Perspectiva da Economia Política da Comunicação¹

Diego Lopes da Silva Alves²

Crysnayara Batista da Silva³

Resumo

A pesquisa buscou identificar, por meio da análise de conteúdo, se as características do jornalismo público definidas no Manual de Jornalismo da Empresa Brasil de Comunicação (EBC) são consideradas na produção de matérias de cunho político exibidas nos telejornais da TV Antares, emissora educativa piauiense. A análise teve ainda como parâmetro as características desse modelo de emissora, como a prática cidadã e programação diferenciada da televisão comercial e base teórica na Economia Política da Comunicação. Foi possível identificar a interferência política na produção de conteúdo, motivada pelo financiamento integral por recursos públicos controlados pelo Governo.

Palavras-chave: Televisão pública, TV Antares, Política, Piauí

Abstract

The research sought to identify, through content analysis, whether public journalism characteristics defined in Manual Journalism Brazil Communications Company (EBC) are considered in the production of political nature of materials displayed on the TV news TV Antares, educational broadcaster piauiense. The analysis was also as a parameter the characteristics of this station model as citizen practice and differentiated programming of commercial television and theoretical basis of the Political Economy of Communication. It was possible to identify the political interference in the production of content, driven by full funding for public resources controlled by the government.

Keywords: *Public television, TV Antares, Policy, Piauí*

Introdução

A TV Antares, televisão educativa piauiense, iniciou suas transmissões em 1986. A emissora integra a Rede Pública de Televisão e retransmite a programação da TV Brasil. O vínculo da emissora com a Empresa Brasil de Comunicação (EBC) sugere uma orientação de suas práticas jornalísticas norteadas pelo Manual de Jornalismo da EBC (2013), que indica os princípios, valores, objetivos e diretrizes para a comunicação pública no Brasil, além de parâmetros e orientações profissionais.

¹ Trabalho apresentado no GT 2 – Comunicação pública, popular ou alternativa, do VI Encontro Nacional da ULEPICC-Br, Brasília, 2016.

² Mestre em Comunicação. Professor do Curso de Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo e Relações Públicas da Universidade Estadual do Piauí. E-mail: diegolopes21@yahoo.com.br

³ Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo e Relações Públicas pela Universidade Estadual do Piauí. E-mail: crysnayarab@gmail.com



VI Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

Diante desse contexto, esta pesquisa tem como objeto de estudo o conteúdo político produzido e veiculado nos dois telejornais da TV Antares: Jornal Antares e Antares Notícias. Como a emissora é financiada apenas por recursos públicos, buscou-se perceber por meio da análise de conteúdo se existe influência, ou não, do Governo no agendamento das notícias. Para tanto, foram observados 28 programas, com total de 126 matérias, referentes aos meses de janeiro, agosto, setembro de 2015 e fevereiro, março de 2016. Diante de problemas técnicos de controle e armazenamento de dados por parte da TV, a amostra foi definida aleatoriamente.

A análise tem como referencial teórico a Economia Política da Comunicação (EPC), que segundo Mosco (1999, p. 98) “é o estudo das relações sociais, em especial das relações de poder, que constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo os recursos da comunicação”.

Ainda de acordo com o autor, “a economia política tem constantemente salientado o objetivo de compreender a mudança social e a transformação histórica” (MOSCO, 1999, p. 99). Nesta pesquisa, essa compreensão é dada quando se reflete historicamente como se deu a formação da TV Antares e quais os resultados desses anos no atual modelo de produção de conteúdo e agendamento de notícias.

Para chegar às reflexões, o trabalho foi estruturado em duas partes. Inicialmente é apresentada a história da TV Antares e a incidência política que afetou diretamente a emissora por parte do Estado, aonde a cada mudança governamental a estrutura administrativa e editorial da televisão também se transformou. Percebeu-se que essa interferência ainda é comum e se reflete na rotina produtiva quando a fonte oficial predomina em determinadas pautas, deixando evidente que a emissora foi usada para promover o Governo perante a opinião pública.

TV Antares: a emissora educativa piauiense

A televisão educativa chegou ao Piauí na década de 1980. No decorrer desta história, é possível perceber uma variação na estrutura técnica e pessoal da emissora desencadeada por ações políticas. As interferências também são percebidas na programação e linha editorial. Existe uma inconstância na nomenclatura da TV e sua cronologia está organizada em cinco fases (ALVES, 2014): 1) TV Educativa do Piauí



VI Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

(1985-1987); 2) TV Antares (1987-1991); 3) TV Educativa do Piauí (1991-1995); 4) TV Piauí (1995-2003); 5) TV Antares (2003-atualidade).

A Televisão Educativa do Piauí foi implantada oficialmente no dia 10 de maio de 1986. Na ocasião foram inauguradas apenas as instalações da emissora, no bairro Monte Castelo, zona sul de Teresina. Naquele momento, o governador Hugo Napoleão saía do cargo para lançar candidatura ao Senado. Mais de cinco meses depois, já na gestão de José Raimundo Bona Medeiros (PFL), vice-governador que assumiu o governo, no dia 28 de outubro de 1986, a emissora finalmente disponibilizou o serviço, retransmitindo em caráter experimental a programação da TVE do Rio de Janeiro.

Mesmo com o início das atividades, a emissora piauiense ainda não estava estruturada para cumprir sua missão no Estado. Além dos problemas técnicos, a televisão esbarrava na falta de mão de obra especializada. A equipe era formada por professores e não por jornalistas.

A fim de suprir as deficiências e começar a produzir conteúdo, o Governo do Estado recorreu à agência de publicidade Convence Comunicação para realizar programas. Até o final do mandato de Bona Medeiros, cinco programas foram realizados por meio da parceria: TVE Notícias, TVE Debate, TVE Cultura, TVE Educação e TVE Esporte.

Além de escasso, o conteúdo da emissora não seguia um padrão de qualidade e a programação era irregular. Era constante reprise dos programas (Jornal O Dia, 22 jan. 1987, p.2), o que indica que a TVE era gerenciada sem um planejamento de ações.

Nas eleições de 1986, Alberto Tavares Silva (PMDB) foi eleito governador, administrando o Piauí pela segunda vez – de 1987 a 1991. O ideal de modernidade, característico de sua política na primeira gestão (1971-1975), foi proposto à TVE Piauí. Visualizando falhas no formato da emissora deixado pelo governador anterior, Alberto Silva convidou para administrar a TV o carioca José Carlos Asbeg. Com formação em cinema pela *Polytechnic of Central London*, Inglaterra, e experiência profissional na TV Globo e TV Nacional, o cineasta aceitou a proposta e informou ao governador que precisava levar uma equipe para desenvolver o trabalho na televisão piauiense. Em princípio, o também cineasta formado em Londres Chaim Litewski se transferiu para o Piauí.



VI Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

Para atender às expectativas de um novo formato para a TV, os professores que ocupavam parte do quadro funcional foram desvinculados da emissora. Um grupo formado em sua maioria por estudantes de jornalismo foi contratado para desenvolver o projeto pensado para a televisão. Como não tinham experiência profissional na área, foram promovidas oficinas. Para desenvolver o trabalho, integraram a equipe outros dois profissionais do eixo Rio-São Paulo e que tinham experiência com televisão, cinema e telenovela: Tomil Gonçalves e Roberto Machado Júnior. De acordo Asbeg (2012), eles “ensinaram roteiro, ensinaram edição, ensinaram produção, ensinaram texto, ensinaram fotografia, ensinaram câmera, ensinaram iluminação. Ensinaram como se fazia um programa”.

Em 30 de dezembro de 1987, a Lei Ordinária nº 4.178, aprovada na Assembleia Legislativa do Piauí, autorizou o Poder Executivo a extinguir a FADEP, e instituir a Fundação Antares – Rádio e Televisão Cultural e Educativa do Piauí. Com a medida, a TVE-Piauí passou a ser TV Antares.

Mesmo com o ideal de autonomia proposto para a TV Antares na Lei Ordinária nº4.178/1987, a interferência política se tornava visível em alguns momentos da emissora. Para registrar o primeiro ano do governo Alberto Silva foi produzido o documentário “Piauí 88 – Estado de Transformação”. O vídeo enaltece a gestão do governador enfocando a geração de empregos, entrega de casas populares, obras, bem como a expansão da energia elétrica para o interior do Estado. Outro documentário com caráter semelhante foi “Barca do Sal”. O filme teve narração e entrevistas realizadas pelo jornalista Pedro Bial, da Rede Globo. “Foi um pedido. Tinha que trazer um cara de impacto. Tinha que enfeitar o pavão. A viagem foi um fiasco. O navio encalhava toda hora” (ASBEG, 2012).

Apesar do conteúdo promocional da gestão do governador, rotineiramente a emissora explorou o serviço de radiodifusão para produzir e veicular conteúdo de caráter cultural, educativo e informativo. A TV Antares alcançou o cenário nacional com alguns documentários veiculados na Rede FUNTEVÊ e foi reconhecida estadualmente com condecorações. Em 1990, o programa “Encena” recebeu o Prêmio Talentos da Comunicação na categoria melhor programa local e o “Esporte Antares” ganhou o Troféu Carlos Said pelo incentivo ao esporte amador e profissional no Piauí.



VI Encontro Nacional da Ulepícc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

Em outubro de 1990 o eleitorado piauiense voltou às urnas para indicar o novo representante ao cargo de governador do Estado. O pleito foi novamente marcado pela disputa centralizada entre o PFL e o PMDB. Antônio de Almendra Freitas Neto (PFL) foi eleito no segundo turno e iniciou seu mandato em março de 1991. A posse foi transmitida ao vivo pela TV Pioneira em cadeia com a emissora educativa. De acordo com matéria publicada no *Jornal Diário do Povo*, em 16 de março de 1991, um estúdio foi montado dentro do plenário da Assembleia Legislativa aonde foi veiculada a solenidade.

Na nova gestão, a TV Antares foi extinta e a emissora voltou a ser Televisão Educativa do Piauí. No dia 27 de março de 1991, Freitas Neto assinou a Lei estadual nº 4.382, que dispõe sobre a organização oficial do Governo e fixa as diretrizes para a administração pública. O capítulo XXV do regulamento lista os órgãos e entidades extintos pelo poder executivo, dentre eles a Fundação Antares – Rádio e Televisão Educativa e Cultural do Piauí, que teve suas atribuições transferidas novamente para a FADEP. Parte da equipe que foi desvinculada da emissora voltou a trabalhar na TV, que passou a ser dirigida pelo professor Francisco de Assis Barreto.

Assim como ocorreu em gestões anteriores, a TVE Piauí sofreu injunções diretas da política governamental. Os interesses predominantes no governo atuaram diretamente na televisão. Semelhante à cooperação entre TV Pioneira e TV Educativa para a transmissão da posse de Freitas Neto, a admissão de Jesus Tajra na presidência do Diretório Regional do PFL no Piauí também foi transmitida ao vivo em canal de televisão.

Assim como ocorreu nas duas eleições anteriores, o pleito de 1994 mais uma vez esteve polarizado entre chapas apoiadas por PFL e PMDB. Francisco de Assis Moraes Sousa, o Mão Santa (PMDB), foi eleito e futuramente reeleito por mais quatro anos. A TV Educativa iniciou o governo Mão Santa vinculada à Secretaria de Educação e com apenas dois telejornais no ar. Ao assumir o comando da TV nesse período, o jornalista Raimundo Rosa de Sá, conhecido por Cazé, enfrentou dificuldades por falta de recursos.

No primeiro mandato do governador Mão Santa, a TV Educativa passou a ser chamada TV Piauí. Não existe decreto ou outra norma legal que indique a mudança. A modificação do título se deu pela incorporação de um nome fantasia. À época o diretor



VI Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

da emissora era o jornalista Genésio Araújo, que decidiu pela substituição para tirar a ideia de televisão educativa por achar que essa definição era responsável pela baixa audiência (VAL, 2014).

A TV Piauí assumiu uma postura governamental na cobertura jornalística. O agendamento das notícias divulgadas ao vivo ao longo da programação era estabelecido a partir das atividades do Chefe de Estado e da primeira dama, Adalgisa Moraes Sousa.

Além das pautas definidas por interesses políticos, a TV Piauí começou a veicular conteúdo sensacionalista em alguns programas, que adotavam estratégias apelativas para atrair o telespectador e aumentar a audiência. Geralmente também se caracterizavam pela presença do grotesco, copiando formatos da televisão nacional de caráter comercial. “Havia um programa alternativo, apresentado por Pedro Silva, onde ele misturava desde cobertura policial na delegacia à mulheres seminuas dentro de uma banheira” (VAL, 2014).

Igualmente como ocorre nas emissoras comerciais, a TV Piauí abriu espaço para o financiamento privado com a inserção de anúncios no intervalo dos programas. De acordo com a diretora de jornalismo, não existia um departamento comercial, mas foi uma época de intensa participação da publicidade na televisão. “Os programas mais onerosos buscavam seus meios de produção e esse suporte veio com os anunciantes. A gente recebia o anúncio, nada era feito na TV, e o veiculávamos no intervalo dos programas como patrocinadores” (VAL, 2014).

Nas eleições de 2002, José Wellington Barroso de Araújo Dias (PT) foi eleito governador do Piauí – que viria ser reeleito por mais quatro anos no pleito de 2006 e eleito novamente nas eleições de 2014. No início do primeiro mandato, o chefe do poder executivo assinou a Lei Complementar nº 30, de 17 de julho de 2003, que instituiu a Fundação Rádio e Televisão Educativa do Piauí. O órgão adotou o nome fantasia de Fundação Antares e voltou a ter personalidade jurídica de direito público, autonomia administrativa e financeira e plena gestão de seus bens e recursos.

A TV Antares ficou três anos e meio sem funcionar desde o início da administração de Wellington Dias. Nesse período, a televisão foi tecnicamente modernizada com investimentos em ilhas de edição, câmeras, informática, iluminação, cenário e veículos. Uma nova equipe foi contratada pelo Governo por meio de prestação de serviço. O grupo de jornalistas foi mesclado por profissionais já experientes do



VI Encontro Nacional da Ulepícc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

mercado piauiense com outros recém-formados. Antes de iniciarem as transmissões, oficinas de capacitação foram realizadas para especializar os empregados em produção da TV, edição de texto e reportagem. A equipe técnica também recebeu treinamento como nas áreas de filmagem e edição de vídeo.

Logo após a instituição da EBC em 2007, a TV Antares aderiu ao projeto da Rede Pública de Televisão. De acordo com Teixeira (2013), a televisão pública piauiense iniciou a parceria com a TV Brasil acreditando que essa cadeia de emissoras resultaria, com o passar do tempo, em independência e autonomia das TVs perante o Governo ou as instituições que as mantinham.

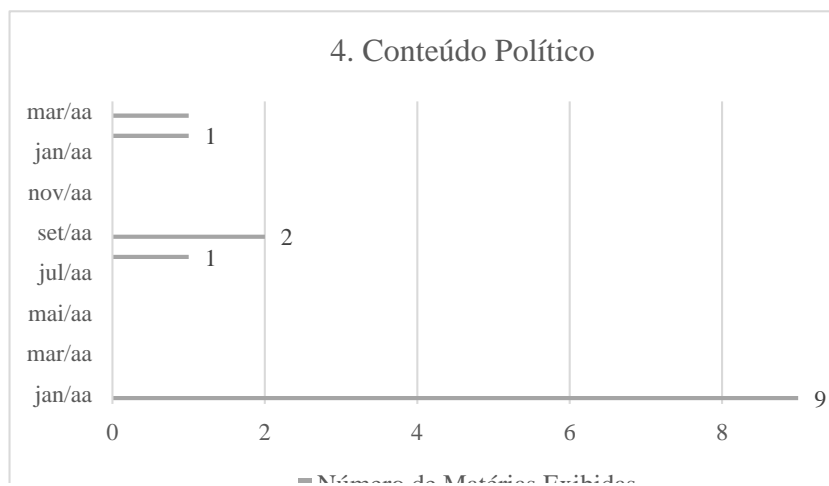
O conteúdo político nos telejornais da TV Antares

O Governo, em esfera federal e estadual, é responsável por subsidiar e administrar as emissoras não comerciais no país. Esse vínculo sugere diversos questionamentos sobre a interferência do poder político na programação dessas emissoras. Segundo o Manual de Jornalismo da EBC (2103, p.53), “a cobertura política, na televisão pública, deve ser transmitida de forma apartidária, justa, objetiva, autônoma, equilibrada e em sintonia com o interesse público”. Ainda de acordo com o documento, esse conteúdo deve proporcionar ao cidadão “os meios para participar, compreender e avaliar a maneira como as casas legislativas – federais, estaduais e municipais – tratam as questões que interessam à sociedade” (p.54).

Desde sua reestruturação no governo do petista Wellington Dias, a TV Antares começou a produzir conteúdo jornalístico e lançou dois telejornais: Jornal Antares, com meia hora de duração, veiculado de segunda-feira à sexta-feira, a partir do meio dia; Antares Notícia, também veiculado durante a semana, mas à noite. Os programas se mantêm há mais de dez anos, colocando-os como os de maior durabilidade ao longo da história da emissora.

Afim de identificar, ou não, a influência do Governo na produção de conteúdo dos dois telejornais, uma amostra de 28 programas foi analisada, referentes aos meses de janeiro, agosto, setembro de 2015 e fevereiro, março de 2016. Dentro desse total de 126 matérias, foram identificadas 14 matérias de ordem política, que retratavam a gestão do Governo do Estado do Piauí, conforme gráfico abaixo.

Gráfico Programas de Conteúdo Político



FONTE: Elaborado pelos pesquisadores, 2016

Observa-se que janeiro de 2015 foi o mês com maior índice de conteúdo político na TV Antares. Isso se dá pelo fato desse ser o período de entrada do novo governador eleito, Wellington Dias (início do terceiro mandato). Todas as nove matérias falavam de forma positiva de ações do Governador para o Piauí. É realizado também a cobertura de eventos com figuras importantes do governo.

No dia 5 de janeiro de 2015, todo conteúdo transmitido pelo telejornal Jornal Antares foi referente à entrada do novo governador no poder e suas metas para a gestão. O conteúdo fazia crítica ao antigo governador, José Filho. Nesse mesmo dia, o Antares Notícias retransmitiu as mesmas matérias com acréscimo de outra matéria sobre o governador.

De um modo geral, o tempo das matérias referidas ao governo possuía duração maior, chegando ao tempo de 7 minutos. Nestas matérias, como fonte, eram ouvidos apenas o governador e representantes do mesmo, não dando voz a população. Segundo Perdigão (2010, p.241), o tempo dado a cada matéria “podem indicar, ou não traços de uma comunicação burocrática, de um jornalismo declaratório ou mesmo da publicidade governamental”.

Elis Teixeira (2016), coordenadora de produção do Jornal Antares, ao ser questionada sobre como ocorre à participação do cidadão na TV, diz que esse



VI Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

envolvimento “é dado no momento da matéria”. Já Aparecida de Oliveira (2016), coordenadora de produção do Antares Notícia, fala que o público colabora através de sugestões de pautas sobre eventos, quando procuram a emissora para divulgação.

Ao questionar sobre as mídias sociais, e-mail e site da emissora (desativado há mais de seis meses), que poderiam possibilitar a participação, as duas produtoras confirmaram que o público poderia entrar em contato com a emissora através destes canais, no entanto, o que se percebe é que mesmo a TV dispondo dessas ferramentas de comunicação, não há uma aproximação, pois durante os telejornais não alertam ao telespectador para essa interação. De todo conteúdo analisado, apenas o Jornal Antares do dia 7 janeiro de 2015 fez uma chamada sugerindo ao público para participar enviando sugestões para a emissora. Ao não divulgar as possibilidades de participação do público, a TV Antares quebra um dos pilares do jornalismo público, que segundo Perdigão (2010), é o de servir de meio de expressão e diálogo para o cidadão, devendo ser feita para ele e com ele.

Esta presença do governo no conteúdo da TV Antares só nos mostra a interferência realizada por ele na programação, evidenciado o que Becerra *et al* (2012), já havia dito ao falar da interferência dos governos nas televisões públicas na América Latina pelo o simples fato dele ser o financiador.

Entretanto, de acordo com Núbia Ramos (2016), diretora da TV Antares, o Governo apesar de financiar a emissora, não interfere na produção do conteúdo. Segundo a diretora, o que acontece é que a emissora cobre assuntos do Estado de interesse da sociedade, como um projeto do governo que os beneficiem. Núbia Ramos afirma ainda que isso não ocorre porque o governo acredita que a TV Antares tem pouca audiência. Marcio Gleu (2016), gerente de jornalismo da emissora, descontente da ideia da diretora ao afirmar que o governo solicita a colaboração da emissora na divulgação de serviços feitos para que a população tome conhecimento.

Ao perguntarmos a Gleu (2016) e Ramos (2016) sobre se a produção da Antares era orientada pelo o guia de jornalismo da EBC, e se TV Brasil, emissora afiliada a Antares e pertencente a EBC, interferia nos conteúdos produzidos, ambos responderam que tem conhecimento do guia e que a emissora procura segui-lo. Entretanto, afirmam que a TV Brasil não interfere na produção de conteúdo diário dos telejornais.



VI Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

Além da retransmissão da grade de programação da TV Brasil pela TV Antares, o acordo entre ambas é dado quando a EBC solicita produção de conteúdo local para veiculação nacional. Gleu (2016) ressalva que nessas matérias é dada uma orientação de como produzir, preferindo sempre matérias que dê destaque a língua local, com sotaques e identidades do Piauí.

Ramos (2016) destaca ainda, ao se referir à produção de conteúdo do estado: “seria interessante que nós fossemos iguais a EBC, formada por um conselho com a participação da sociedade, onde o conselho gestor se reúne mensalmente para discutir a programação, o conteúdo que vai ser tratado, e onde todas as camadas vertentes (área sindical, movimento social, estudantil, professores) tem representatividade para discutir e intervir na programação e no conteúdo que vai chegar à casa dos cidadãos”.

Sobre esta consideração da diretora, Perdigão (2010) fala que os Estados têm autonomia para criar seus conselhos, pois segundo ele:

Caberia ao Estado empenhar-se na construção de um sistema público de comunicação legitimado pelas decisões da sociedade, pelo interesse público, mesmo que tais decisões sejam tomadas de forma paritária, com o governo, nunca exclusivamente pelo governo. Não seria o caso de intervir os organogramas, mas de abri-los aos interessados e horizontalizá-los (PERDIGÃO, 2010, p.166).

Mesmo com a presença do Governo nas decisões editoriais da TV Antares, de acordo com o número de matérias analisadas na amostra, é pequena a quantidade de conteúdo político, o que pode evidenciar uma pequena interferência governamental no conteúdo dos telejornais, no qual pode estar relacionado, ou não, com o posicionamento de Ramos (2016), sobre a baixa audiência. Além disso, sugere ainda que a emissora não pratica o chamado ‘jornalismo chapa branca’, distribuindo sua produção também a assuntos sociais, econômicos e culturais, ampliando a oferta de conteúdo para o telespectador.

Considerações finais

Igualmente como ocorreu influência ao longo dos anos na gestão e na programação da TV Antares, o agendamento das notícias ainda reflete as constantes



VI Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

interferências do Governo na emissora. A voz oficial unilateral prevalece em parte do conteúdo, fugindo do princípio participativo proposto no Manual de Jornalismo da EBC, e que deveria ser levado em consideração pela emissora piauiense.

A dependência econômica por parte da TV Antares em relação ao Estado reforça esse pertencimento a um sistema político, e esquiva em certos momentos da natureza cidadã inerente à uma emissora educativa/pública. Em ‘Mercado Brasileiro da Televisão’, Bolaño (2004) deixa claro que suas reflexões se dão às emissoras comerciais, todavia, é possível relacionar sua análise às emissoras não comerciais haja vista que ambas estão inseridas no mesmo cenário de comunicação e tem vínculos com o governo em perspectivas semelhantes por conta dos investimentos.

Desse modo, segundo o autor, a radiodifusão se desenvolveu por toda parte com objetivo de conquistar a simpatia do público. “Pretendem as empresas que a reposta do público seja a compra de seus serviços ou de suas mercadorias; pretendem o governo e os grupos políticos que têm acesso aos meios uma opinião pública favorável a suas posições” (BOLAÑO, 2004, p. 41).

A dimensão da interferência do Governo sobre a televisão educativa depende do modelo de gestão de ambas instituições, incidindo na importância que dão à TV e nos interesses com ela a conquistar. No caso específico da TV Antares, para que a emissora, de fato, fuja das amarras políticas partidárias, uma alternativa seria a criação de um conselho formado por representantes de diversas instâncias da sociedade, pluralizando as vozes nas tomadas de decisões e fiscalizando os abusos.

Referências

ALVES, Diego. *História e Memória da TV Antares: práticas de comunicação pública no Piauí*. Piauí: UFPI, 2014. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2014.

BECERRA, Martín. et al. *Caixas Mágicas: O renascimento da Televisão Pública na América Latina*. Madri: Editorial Tecnos, 2012.

BOLAÑO, Cesar. *Mercado brasileiro de televisão*. São Paulo: Educ, 2004.



VI Encontro Nacional da Ulepicc-Brasil – Brasília – 9 a 11/11/2016

EBC, Empresa Brasil de Comunicação. *Manual do Jornalismo da EBC*. Brasília: EBC, 2013.
Disponível em: < http://www.ebc.com.br/sites/default/files/manual_de_jornalismo_ebc.pdf>.
Acesso em: 06 out. 2015.

GLEU, Márcio. *Entrevista concedida a Crysnyara Batista da Silva*. 26 de jul. 2016.

MOSCO, V. *Economia política da comunicação: uma perspectiva laboral*. Comunicação e Sociedade I: Cadernos do Noroeste, Braga, v. 12, n.1/2, 97-120, 1999.

OLIVEIRA, Aparecida. *Entrevista concedida a Crysnyara Batista da Silva*. 05 de ago. 2016.

PERDIGÃO, Alberto Magno Silveira. *Comunicação pública e TV digital: Interatividade ou imperatividade na TV pública*. Fortaleza: Ed UECE, 2010. 283p.

RAMOS, Núbia. *Entrevista concedida a Crysnyara Batista da Silva*. 26 de jul. 2016.

TEIXEIRA, Elis. *Entrevista concedida a Crysnyara Batista da Silva*. 26 de jul. 2016.